

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

**Processo n.:** @RCO 17/00405699

Assunto: Recurso de Reexame de Conselheiro interposto em face da decisão exarada no processo n.

@APE-15/00097800

Interessado: Wilson Rogério Wan-Dall

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste - IPREV-HO

Unidade Técnica: DRR Decisão n.: 661/2017

**O TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Conhecer do Recurso de Reexame interposto nos termos do art. 81 da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, em face da decisão singular n. 094/2017, exarada nos autos do processo n. @APE-15/00097800, publicada em 11/04/2017 no DOTC-e n. 2158, e no mérito dar provimento para:
- 1.1. Anular a decisão singular n. 094/2017, que ordenou o registro da aposentadoria de Reni Camara, servidora da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, consubstanciada no Ato n. 1090/2014, de 30/09/2014 em razão de equívoco na forma de cálculo de adicional intitulado "acordo judicial 20% Lei nº 2894/2011" pela Unidade Gestora, devolvendo-se à análise dos autos à Diretoria de Controle de Atos de Pessoal DAP para reinstrução do processo.
- 2. Dar ciência da decisão ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste IPREV-HO e à Diretoria de Controle de Atos de Pessoal DAP, deste Tribunal.

**Ata n.:** 60/2017

Data da sessão n.: 30/08/2017 - Ordinária

Especificação do quórum: Luiz Eduardo Cherem (Presidente), Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

(Relator), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Herneus De Nadal e Julio Garcia Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Aderson Flores Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Relator

Fui presente: ADERSON FLORES Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Processo n.: @RCO 17/00405699 Decisão n.: 661/2017 1